

## **O AVANÇO DA DEGRADAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: UMA INTERPRETAÇÃO À LUZ DE MÉSZÁROS**

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Maiara Lopes da Silva<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo possui como objetivo realizar uma crítica ao que entendemos como substrato da ordem sociometabólica do capital e principal face do capitalismo contemporâneo, a saber, a degradação socioambiental, cujo fetiche se resume em justificar seu caráter exponencialmente destrutivo como sendo caminho único, inevitável e igualmente benéfico a toda humanidade – sobretudo, em tempos de crise. Assim, nosso estudo é realizado sob o crivo do pensador marxista Istvan Mészáros, de modo a subsidiar e conduzir nossa perspectiva de análise, na qual reafirmamos a essência revolucionária da teoria marxista e a possibilidade histórica da alternativa socialista.

**Palavras-chave:** Capital, Degradação socioambiental, Alternativa socialista.

### **Resumen**

Este trabajo tiene como objetivo realizar una revisión de lo que entendemos como un sustrato del orden social metabólico del capital y de la cara principal del capitalismo contemporáneo, es decir, la degradación socio ambiental, cuyo fetiche se resume para justificar su carácter exponencialmente destructivo como camino único, inevitable y igualmente beneficioso para toda la humanidad – especialmente, en tiempos de crisis. Por lo tanto, nuestro estudio se lleva a cabo bajo el escrutinio del pensador marxista Istvan Mészáros, para apoyar y llevar a cabo nuestra perspectiva de análisis, en el que reafirmamos la esencia revolucionaria de la teoría marxista y la posibilidad histórica da alternativa socialista.

**Palabras clave:** Capital, Degradación socio ambiental, Alternativa socialista.

### **Introdução**

O tempo presente é marcado por profundas transformações que vêm se processando no interior do sistema do capital desde o final do século XX. Tal fato, como já era presumível, vem se constituindo o foco das pesquisas de vários estudiosos, em especial, dos marxistas.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Desse modo, a fim de iluminar as reflexões tecidas no presente trabalho, escolhemos o autor István Mészáros – um dos mais significativos expoentes do marxismo dos nossos dias –, que apresenta uma perspectiva radical de análise e respalda nossos argumentos acerca da degradação socioambiental em tempos de crise estrutural do capital.

Desse modo, tanto o sobredito autor como sua obra “Para além do capital” nos foi central na fundamentação do objeto aqui perquirido. Entre tantas produções literárias, justificamos nossa escolha pela referida obra, dada a sua magnitude, que acaba por contemplar boa parte deste estudo. Também lançamos mão de outros autores condizentes teórico-metodologicamente com o ponto de vista de Mészáros, o qual examina atentamente a crise contemporânea do sistema de sociometabolismo do capital, suas expressões fenomênicas, bem como suas contradições mais irruptivas sobre a sociedade e o meio ambiente.

Tal crise prenuncia o colapso final do sistema vigente, demonstrando, por sua vez, o quanto o futuro da humanidade é incerto. Neste sentido, os indicadores sociais da maioria das regiões do planeta ratificam e apontam que já se vive em meio à barbárie. Assim, a situação é tão imperiosa que não cabe mais pensar no legado que vamos deixar às gerações futuras, mas sim, o que será feito deste tempo. Essa é, portanto, a urgência contemporânea erigida sobre contradições históricas, acerca das quais nos aprofundaremos com maior rigor daqui para frente.

### **O ethos predatório do capital e as palavras de ordem do capitalismo contemporâneo: superexploração, manipulação e extermínio.**

Em princípio, faz-se necessário e oportuno introduzir as primeiras linhas deste texto esclarecendo que, conforme assinala Mészáros (2011), capital e capitalismo, não obstante indissociavelmente relacionados, não se tratam de termos sinônimos. Neste sentido, nos dizeres do autor, o sistema de sociometabolismo do capital estrutura-se a partir de um poderoso complexo formado pelo tripé capital, Estado e trabalho alienado<sup>2</sup>. Já o capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas, ocorrido pela subsunção real do trabalho ao capital.

---

<sup>2</sup> Para Mészáros (2011), o Estado político moderno é entendido como uma estrutura compreensiva de mando do capital, um pré-requisito para sua conversão num sistema dotado de viabilidade para a sua reprodução, expressando um momento constitutivo da própria materialidade do sistema do capital.

Nesse sentido, vale sublinhar, o capital antecede ao capitalismo e é a ele também posterior, pois assim como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias – de que é exemplo o capital mercantil –, do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo, através da constituição daquilo que se denominou de “sistema de capital pós-capitalista”, como aconteceu na experiência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e nos países do Leste europeu. Nestas localidades, embora se admita a ocorrência de uma configuração pós-capitalista, elas não foram capazes de romper com o sistema de sociometabolismo do capital.

Como dito, o sistema de sociometabolismo do capital compõe-se poderoso, abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo sobrecitado tripé. Suas dimensões são materialmente constituídas e interrelacionadas, formando assim o edifício do sistema do capital. Logo, é impossível superar tal ordem sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreendem o sistema. Nesta perspectiva, assevera Mészáros, o desafio para emancipar o trabalho é superar o sociometabolismo em sua totalidade.

Mas para uma ruptura, os obstáculos são muitos. A começar pela relação entre capital e trabalho, que é de uma contínua e paradoxal dependência estrutural do primeiro em relação ao segundo. Nesse processo, o trabalho reproduz o poder do capital sobre si próprio, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre o corpo social, desdobrando inúmeras mazelas sobre as condições de existência da humanidade.

Vale acrescentar que, diferentemente das organizações sociais anteriores que buscavam, em alguma medida, o atendimento das necessidades sociais dos seres humanos, o sistema de sociometabolismo do capital volta-se completamente para o cego atendimento da acumulação de riqueza, materializando-se como um modo de produção incontrolável, no preciso sentido de que não há limites para sua expansão. Neste particular, faz-se oportuno observar com Mészáros que, o capital possui defeitos e fraturas estruturais que caminham, de maneira cada vez mais aprofundada, na direção da degradação socioambiental, rumo à finitude da espécie humana e do próprio planeta. Desse modo, o mencionado autor afirma que as bases emblemáticas do capital de *ethos* predatório são: a dimensão expansionista, a incontrolabilidade e a lógica destrutiva.

A respeito da dimensão expansionista do capital, pode-se atestar que, não há lugar ou esfera da vida que ele não alcance. E sendo uma das mais potentes estruturas de controle “totalizante”, emergidas no curso da história, trata de tudo a ele adaptar, inclusive os seres

humanos, que, do contrário, correm o risco de perecer. Assim, inferimos que, o capital impõe seu critério de “viabilidade produtiva” em tudo, desde o microcosmo das relações pessoais mais íntimas até os mais complexos processos de tomada de decisões internacionais, e, não por acaso, favorecendo sempre o mais forte sobre o mais fraco.

Sobre sua dimensão incontrolável, é possível afirmar que o capital foi criado pelo homem, mas por fundar-se numa sede voraz de lucro, nunca estará saciado, portanto não pode ser controlado. Quanto maior a produção do capital, menor o poder sobre ele, o que não significa dizer: 1) que não possa ser superado, erradicado enquanto sistema sociometabólico de produção material e espiritual do mundo dos homens; 2) que essa produção em larga escala permite que todos a acessem, haja vista que mesmo no consumismo mais selvático, é certo que alguns seres têm suas necessidades mais vitais negadas da forma mais despuorada, pois essa é a natureza do capital.

Em relação à lógica destrutiva do capital, que é uma tendência bastante acentuada no capitalismo contemporâneo, é possível definir sua matemática pelo que Mészáros chama de “taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas”, concretizada então pela *obsolescência programada* que reduz drasticamente a vida útil das mercadorias, agilizando o ciclo reprodutivo do capital. Vale observar que, o sistema do capital não trata separadamente valor de uso e valor de troca, mas os trata numa relação subordinante do último sobre o primeiro. Isto é, na lógica do capital, não importa se a mercadoria adquirida será usada.

Noutras palavras, o sociometabolismo do capital executa com “mãos de ferro” a primazia das necessidades de sua autorreprodução, em detrimento da produção voltada para o atendimento das necessidades humanas. Entretanto, Mészáros (2011, p. 30) adverte que “é possível levar muito longe a destrutividade [do capital], como o demonstram nossas condições de vida cada vez mais deterioradas, mas não é possível estendê-la indefinidamente”. A questão é, até quando a natureza irá suportar?

O autor aponta ainda que, nesse contexto, agudizam-se a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha, ou seja, uma superexploração que combina jornadas de trabalho intensas e extenuantes, corroborando para o esgotamento prematuro do trabalhador; além da degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza. Desse modo, conclui que:

Sob as condições de uma crise estrutural do capital, seus conteúdos destrutivos aparecem em cena trazendo uma vingança, ativando o espectro de uma incontabilidade total, em uma forma que prefigura a autodestruição tanto do sistema reprodutivo social como da humanidade geral (MÉSZÁROS, 2011, p. 18).

Outrossim, como bem disse o autor, o momento é de crise, “crise estrutural do capital”, que, cada vez mais agravada, assume a forma de uma crise endêmica, cumulativa, permanentemente crônica e, por conseguinte, irresolúvel. Ao avesso da sua conformação anterior, marcada por crises cíclicas, que alternava longas fases de desenvolvimento produtivo com momentos tempestuosos, parafraseando Marx (2011).

Como forma de enfrentamento à crise contemporânea empreende-se um processo denominado de “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996). Tal empreendimento, em síntese, se estrutura no seguinte tripé: financeirização da economia, reestruturação produtiva e globalização do ideário neoliberal.

Por financeirização da economia, *grosso modo*, entenda-se a valorização do sistema de sociometabolismo vigente, particularmente em sua esfera financeira, gerando uma riqueza fictícia, na medida em que a maximização da riqueza financeira, de cunho meramente especulativo, é superior à esfera produtiva<sup>3</sup>. Dessa dinâmica, impõem-se inúmeras transformações nos processos de trabalho.

Neste sentido, a reestruturação produtiva trata-se de um reordenamento do “mundo do trabalho”, cujos trabalhadores sofrem a generalizada imposição de condições e relações de trabalho cada vez mais precarizadas, manifestas, por exemplo, em subcontratações de cariz *flexível*; além do rebaixamento dos seus salários; da rápida destruição/reconstrução de suas habilidades; do retrocesso do seu poder sindical; da polarização de classe, o que interfere diretamente em sua consciência acerca do lugar que ocupam no âmbito da reprodução social; do desmonte da proteção social; afora defrontarem-se com a face mais cruel do desemprego crônico-estrutural.

Nesse contexto de remodelamento do trabalho e da produção, emerge um novo modelo de acumulação do capital, chamado por Harvey (2011) de *acumulação flexível*, cujas características, embora se mesquem a alguns traços do padrão anterior – o fordismo –, tornam-

---

<sup>3</sup> Ao nosso objeto não interessa esmiuçar do que se trata a financeirização do capital. Por isso, para minimizar quaisquer lacunas que provavelmente existam no entendimento do leitor sobre o assunto, consideramos salutar indicar a obra de Chesnais (1996), “Mundialização do capital”, que examina minuciosamente esta feição do capital em sua face contemporânea.

se fortes tendências no sentido de acumular riquezas a partir da redução de custos e do aumento da produtividade do trabalho, sobretudo pela intensificação da exploração dos trabalhadores.

Além do mais, no capitalismo contemporâneo, a superexploração do trabalho alheio não se circunscreve apenas à dimensão objetiva, mas também à subjetiva, por esse motivo tem preponderado a manipulação dos sentimentos dos trabalhadores – não obstante a coerção ainda seja bastante presente. Desse modo, vem sendo exigido dos trabalhadores um espírito colaborativo, de parceria para com o capital, passivos, abertos às (constantes) mudanças em curto prazo, dispostos a sofrerem riscos, ágeis, competentes diante das muitas pressões cotidianas, com espírito de equipe (mesmo sob um clima de alta competitividade) e autodisciplinados.

Como estratégia última, mas não menos importante, de administração da crise, pode-se apontar a efetivação do ideário neoliberal, cuja explicação é dada por Antunes (2009, p. 31-32), o qual, inspirado nas análises meszarianas, observa que, em resposta a essa profunda crise, o capital desencadeia um intenso processo de reorganização do seu sistema político e ideológico de dominação, tendo como contornos mais visíveis “a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal”. Seguido ainda de um Estado capitalista que potencializa ao máximo sua intervenção para a reprodução do sistema vigente, tornando-se cada vez mais ausente no atendimento às demandas sociais, nelas intervindo sob moldes focalistas e de extrema seletividade, transformando as políticas sociais públicas da atualidade numa verdadeira “administração da miséria”.

Como extensão do neoliberalismo tem-se o neodesenvolvimentismo – em peculiar, no Brasil – que, de acordo com Mota, Amaral e Peruzzo (2012), se caracteriza pela defesa do desenvolvimento nacional autônomo, mas não deve ser confundido com uma repetição do “desenvolvimentismo” da década de 1960, uma vez que na versão atual há o alarde (obviamente falacioso) de um projeto nacional que articula crescimento econômico, sustentabilidade e melhoria dos padrões distributivos do país. Ingênua ou esquizofrenicamente como se não existisse um intrínseco conflito entre dinamismo econômico capitalista, respeito à natureza e igualdade social.

Desse modo, o discurso neodesenvolvimentista invoca um renovado intervencionismo por parte do Estado, atribuindo-lhe um novo papel, proferindo a necessidade de construir

pactos sociais (principalmente de cunho classista), conferindo, desse modo, centralidade à solidariedade social em direção ao utópico e inalcançável bem-comum burguês. Para tanto, faz-se imprescindível um mercado fortalecido, por isso a implementação de políticas macroeconômicas que possibilitem políticas industriais e de comércio exterior, cujo fomento sobre a competitividade industrial melhore a inserção do país no comércio internacional. Aliado a isso, estão as políticas compensatórias que, no Brasil, curiosamente, vêm se alastrando, prevalecendo sobre o direito ao trabalho.

Num contexto de crise e de veementes mutações climáticas, os *slogans* do neodesenvolvimentismo não poderiam ser outros que não “justiça ecológica”, “democracia ecológica”, “sustentabilidade”, “economia do cuidado”, entre outros. Justamente por isso toda empresa, por mais módica que seja, anuncia seu caricato conceito de “responsabilidade socioambiental” que só tem por significado o fetiche que, na verdade, é; ao mesmo tempo em que existem corporações transnacionais que dilapidam o meio ambiente, mercantilizam recursos naturais e minerais até esgotá-los e, com o respaldo do Estado, expulsam os povos originários de seus seculares territórios. Como contrapartida, tais empresas financiam parques projetos sociais de Organizações Não Governamentais (ONGs) de caráter, muitas vezes, duvidoso, fingindo compensar a degradação socioambiental que seus empreendimentos causam. Sem esquecer os generosos benefícios tributários por elas desfrutados.

O neodesenvolvimentismo é, portanto, um mito, que, de maneira nenhuma, supera as históricas desigualdades sociais, nem mesmo as minimiza; tampouco supera a devastação acarretada pelas políticas neoliberais. Ao contrário, mantém a concentração de riqueza e perpetua a *apartheid* social. Assim, o que muda são os modos de enfrentar a pobreza através de políticas de inclusão por cotas ou renda mínima, proliferando as políticas compensatórias, principalmente em todo o continente latinoamericano, uma vez que é a região de maior abismo social do planeta. Nesse caso, o Brasil é o exemplo mais representativo, tanto no que toca ao poderio econômico dos poucos ricos do país, como em relação ao número de beneficiários do maior programa de transferência de renda do mundo – o Programa Bolsa Família (PBF) –, que, segundo Mota, Amaral e Peruzzo (2012), já atinge a marca de 52 milhões de pessoas.

Tais programas de transferência de renda, vale notar, são extremamente elogiados e recomendados pelos organismos internacionais do capital – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) etc. –

funcionando como poderosos mecanismos ideológicos que, no Brasil, vêm servindo de sustentáculo aos governos que se dizem de esquerda.

É preciso assinalar que, nos termos de Mota, Amaral e Peruzzo (2012), diante das novas circunstâncias históricas, está em curso por parte do capitalismo contemporâneo uma reforma ideológica e moral, que visa um amplo consenso de classes com base na promessa do nacional desenvolvimento que beneficiará a todos.

A insistência nessa análise não se dá de modo aleatório, mas exatamente porque numa conjuntura crítica como a que vivenciamos agora, em que a alternativa socialista poderia ser bem mais evidente, a tática principal da classe dominante tem sido a de fazer parecer que capital e trabalho não são incompatíveis e tem no Estado um mediador neutro por excelência. Assim, o foco é policiar descontentamentos, estimulando uma convivência pacífica e solidária – leia-se por solidariedade, a submissão da classe trabalhadora –, numa verdadeira romantização da sociedade.

Diante desse cenário, faz-se por demais oportuno lembrarmos a lúcida análise de Mészáros (2011), que de forma categórica afirma que qualquer zelo reformista de combate à desigualdade é sempre uma causa perdida, dada a estrutura causal do sistema do capital assentada sobre imperativos inerentes de exploração (re)produtores da pobreza.

A partir das enxutas e esclarecedoras palavras sobreditas pelo autor húngaro, inferimos que o neodesenvolvimentismo é uma fraude. Sob sua lógica, não haverá, em hipótese alguma, a expropriação dos ricos, mas apenas o aumento da lógica extrativista, da presença das transnacionais, do agronegócio, do grande latifúndio, da mercantilização da terra e dos tratados de livre comércio, conforme bem apontam Mota, Amaral e Peruzzo (2012).

Em última análise, ainda de acordo com as autoras anteriormente referidas, pela nova divisão internacional do trabalho, cabe às economias periféricas franquear seu espaço econômico à penetração das grandes corporações internacionais; aceitar a função de “pulmão” do planeta; e, ao mesmo tempo, servir de depósito de lixo da civilização ocidental, mesmo que às custas disso extermine-se a fauna, a flora e os seres humanos mais vulneráveis, como são exemplos os trabalhadores. Trata-se da *destruição produtiva* emblemática do capital avançado, assunto do qual cuidaremos com maior afinco na seção seguinte.

## **A destruição produtiva do capital avançado: método da *obsolescência programada* e lógica da descartabilidade.**

No século XXI, a sociedade do capital mundializado é marcada pela exaustão dos recursos ecológicos do planeta, bem como pelas conseqüentes catástrofes climáticas de proporções intoleráveis. As preocupações ecológicas tornam-se tema de interesse de nações do mundo inteiro, pois o que há pouco tempo podia ser facilmente ignorado ou desqualificado, em face da sua total irrelevância econômica, agora, não por mera coincidência, ganha empenho universal.

Nesse esforço, sugere Mézáros (2011) que, a temática do “ambientalismo” foi capturada pelo capital, uma vez que as personificações deste sistema focam em sermões apocalípticos, sem referir nenhuma alternativa que, de fato, solucione o problema da destruição ambiental, simplesmente desviando a atenção das pessoas, suficientemente impressionadas, dos graves dilemas sociais e políticos desencadeadores do caos. Quando muito, surgem alguns movimentos ambientalistas que só trazem mais propostas reformistas, tanto prolixas como inviáveis.

Os países signatários de acordos internacionais comprometem-se, então, com a “recuperação do meio ambiente” e os custos dessa empreitada, como já era de se esperar, recaem sobre os ombros dos trabalhadores. E, na verdade, o que os trabalhadores estão financiando é a manutenção do atual “sistema de expansão da produção de supérfluos” (MÉSZÁROS, 2011). Assim sendo, a população vem sendo compelida a viver com o mínimo, evitando, ao máximo, quaisquer desperdícios, ainda que seja um fardo viver dessa forma. O pretexto é a sobrevivência da espécie humana; contudo, na realidade, o que está em jogo é a continuidade de um sistema econômico que só se esmera em dilatar seus lucros.

Vale reiterar que, neste sistema, uma efetiva proteção ambiental é impraticável, em razão da produção destrutiva do capital. Assim, em seu sentido e tendências mais gerais, o modo de produção capitalista avançado converte-se em inimigo da durabilidade dos produtos. Logo, pode-se perceber a superficialidade da proteção à natureza na presente sociabilidade. Nesta época, práticas produtivas orientadas para a durabilidade devem ser desencorajadas e mesmo inviabilizadas. A qualidade das mercadorias é, por conseguinte, subvertida, e extravagância e destrutividade acabam sendo os traços mais determinantes da contemporaneidade.

Com efeito, a lógica de aprimoramento do supérfluo força um consumo maior e mais acelerado a todos, inclusive ao empresariado que, devido ao aumento crescente da competitividade e concorrência intercapitalista, tem que inexoravelmente acompanhar as inovações tecnológicas. Pode-se constatar, desse modo, que, a incontornabilidade do sistema não atinge só aos trabalhadores, mas a todas as classes, face ao “insaciável apetite canibalesco do grande capital.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 665). Neste sentido, tal sistema é o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, “orientado para a expansão e movido pela acumulação.” (*idem*, p. 100). É preciso que fique claro, portanto, que a tendência à geração de desperdício não é um “desvio” ou uma situação atípica do capital, mas sim que a taxa de utilização decrescente – nos termos do pensador húngaro – atualmente assume uma posição de domínio.

Em síntese, os desdobramentos mais comuns da destruição produtiva do capital avançado são: a poluição por terra, ar e mar; o desmatamento com fins extrativistas e seu conseqüente genocídio e extermínio de diversas espécies de seres vivos; além da superexploração de energias fósseis não-renováveis, cujas futuras gerações conhecerão apenas pelos livros – usando de otimismo.

Dito isso, para fins de supervalorização do capital, a humanidade é sujeita a uma espécie de “roleta russa”, ou seja, não se sabe até quando perdurará. Humanidade que, devido a um alto grau de alienação a que é diariamente submetida e devido à intensa criminalização dos movimentos sociais, experimenta uma sensação de medo constante que, mais do que despolitiza, paralisa, pois ninguém sabe a quem recorrer ou como proceder diante das novas circunstâncias histórico-concretas. E embora as pessoas não estejam ainda conscientes das potencialidades emancipadoras que lhes são inerentes, muito provavelmente elas suspeitam de que haja algo de errado com esta ordem; de que haja algo de injusto e desrespeitoso com a vida; algo que não está sob o controle delas.

Desse modo, não é difícil imaginar porque algumas pessoas buscam respostas (ou mero conforto) nas religiões, por exemplo. É que a lógica da descartabilidade não está apenas para produtos e mercadorias, mas alcança também as relações sociais, que se veem cultuadas por uma realidade cuja apresentação é fragmentada, superficial, frívola, amemorial, de valores efêmeros, frágeis e, enfim, descartáveis. Esse contexto de incertezas acaba por transpor uma ideia de “pós-modernidade”. Tal conceito é tratado por Harvey (2011) como sendo um

discurso ideológico que objetiva estabelecer um consenso social de que há uma nova ordem e que todos devemos a ela nos adaptar.

A ideia de “pós-modernidade” é para o supramencionado autor um produto do capitalismo contemporâneo, parte integrante do novo projeto de dominação que visa expropriar cada vez mais trabalho excedente. Neste sentido, tal projeto ideopolítico molda-se nos contornos do atual modelo de *acumulação flexível* do sistema sociometabólico do capital, subsumindo tudo e todos à lógica da descartabilidade que supervaloriza o novo, o estético, os gostos fugazes da moda e a aparência em vez da essência.

Ademais, dada a sua tendência a solapar qualquer obstáculo e minar qualquer forma de resistência, o metabolismo de controle social do capital tratou logo de se apropriar de um tipo de conhecimento que deveria ter dimensões muito mais filosófico-ontológicas do que histórico-concretas, como, por exemplo, a ciência. Mas, tamanha é a sagacidade do capital, que o conhecimento científico acabou sendo muito mais colocado ao bel dispor desta ordem, servindo mais de amarra do que de “luz no fim do túnel” para libertação da humanidade. Assim, projetos conflitantes com o sistema são desconsiderados ou reprimidos. Obviamente, projetos a seu serviço são largamente financiados, bem como legitimados perante a sociedade como sendo aqueles que favorecem o bem-comum.

No capitalismo desta época, a *obsolescência programada* é um dos métodos científico-tecnológicos mais reconhecidos e postos em prática pelo capital, cuja criação detém-se a produtos pouco duráveis e, por consequência, mais baratos, aligeirando o circuito autorreprodutivo do capital. Faz-se mister salientar que, o barateamento das mercadorias (belas, porém quebradiças) é reflexo, entre outras coisas, da desvalorização da mão de obra humana que as fabrica.

De mais a mais, com a finalidade de esclarecer qualquer lacuna ou equívoco que, porventura, ocorra ao leitor a respeito de nossas considerações sobre a relação entre a ordem do capital e a ciência, fazemos nossas as palavras de Antunes (2009, p. 54):

Claro que aqui não se está questionando o efetivo avanço tecnocientífico, quando pautado pelos reais imperativos humano-sociais, mas sim a lógica de um sistema de metabolismo do capital que converte em descartável, supérfluo e desperdiçado aquilo que deveria ser preservado, tanto para o atendimento efetivo dos valores de uso sociais quanto para evitar uma destruição incontrolável e degradante da natureza, da relação metabólica entre homem e natureza. Isso sem mencionar o enorme processo de destruição da força humana de trabalho [...].

Nestas circunstâncias, vive-se um cenário de sucateamento precoce e de subutilização crônica dos valores de uso, numa inclinação à substituição em detrimento da manutenção. Comprar um produto tornou-se mais barato do que consertar, sendo isto, às vezes, até impossível, em virtude das peças da mercadoria não serem (propositalmente) mais fabricadas. A comum prática do descarte irresponsável tem consequências deletérias para todo o planeta e já manifesta claros sinais.

Neste sentido, quaisquer que sejam as implicações, é a lucratividade que é imperativa e determinante sobre as relações sociais reificadas, e sempre no horizonte de sua exponencial maximização. Desse modo, a vitória do capital é sempre sinônimo de calamidade para o ser humano. Para tanto, a única saída apontada por Marx e reiterada por Mészáros (2011) é colocar em pauta a atualidade e emergência histórica da alternativa societal socialista/comunista, cuja nova sociabilidade indica uma ruptura radical com o sistema de sociometabolismo do capital e não somente com o capitalismo. Destarte, deve ser um rompimento global e universal, sendo impossível a efetivação do socialismo no âmbito de um só país – como na tese stalinista. Logo, é preciso revisitar criticamente o passado, objetivando não naufragar nos mesmos equívocos.

A complexidade do problema está justamente no estabelecimento de um novo sistema metabólico de controle social que instaure um formato de sociabilidade humana autodeterminada, o que implica um rompimento integral com o sistema do capital da produção de valores de troca e do mercado.

Nessa nova forma de sociabilidade (ou novo sistema de sociometabolismo reprodutivo), a atividade humana deverá se estruturar sob o princípio do tempo disponível, num modo de controle social autônomo, autodeterminado e autorregulado.

A descrença na alternativa socialista por parte de muitos é até compreensível visto os inúmeros mecanismos ideológicos que apregoam a intransponibilidade da ordem do capital. Contudo, na intenção de tornar mais palpável a possibilidade de transpor esta ordem, o autor justifica que,

[...] enquanto o capital depende absolutamente do trabalho – no sentido de que o capital inexistente sem o trabalho, que ele tem de explorar permanentemente –, a dependência do trabalho em relação ao capital é relativa, historicamente criada e historicamente superável. Em outras palavras, o trabalho não está condenado a ser permanentemente contido no círculo vicioso do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 30-31).

Ademais, notavelmente, mesmo diante de tantos argumentos, ainda existem, e não são poucos, os ideólogos defensores da insuperabilidade do capital, os quais assumem uma postura que varia entre um otimismo exacerbado e um cinismo conveniente – sem mencionar a excepcional dedicação dos líderes políticos ao avanço dos ditames do capital. Nesse contexto, propaga-se uma cegueira generalizada, extremamente conduzida, que impossibilita grande parte da humanidade de perceber outro tipo de sociabilidade. Cai-se, então, num fatalismo, numa impressão constante de inalterabilidade. Cede-se ao fantasmagórico convite para a resignação, adaptabilidade e dócio aceitação “do futuro que vier”.

Desse modo, assevera Mészáros, a ordem do capital é eternizada e proclamada como a única alternativa racionalmente sustentável no “mundo real”, algo bastante legitimado, inclusive, pela acrítica concepção de *imutável natureza humana egoísta*. Pois bem, esse “mundo real” gerido pelo capital, no entanto, é um mundo totalmente fictício onde, não aleatoriamente, todos os defeitos estruturais e os antagonismos explosivos do mundo que concretamente se vive são negados ou delirantemente desconsiderados. De mais a mais, pura ilusão de reformar o irreformável e humanizar o inumanizável.

Dito isso, à lógica do capital, espera-se que os homens finjam que as classes e suas imanentes contradições não existem mais, ou que se existem, pouco importam. Assim sendo, nesta perspectiva, o único rumo viável é ignorar ou oferecer explicações que desafortadamente negam as evidências da instabilidade estrutural do sistema, empurrando para debaixo de um tapete imaginário os problemas crônicos e os sintomas da crise (cada vez mais agudos em direção à barbárie) que, diariamente, a ordem social escancara aos olhos de todos.

Sob tal lógica, há um desprezo oportunista pelos fatos concretos da realidade, como, por exemplo, fazer da exploração predatória dos recursos humanos e materiais do planeta em benefício de uns poucos países, uma condição não generalizável, uma exceção à regra, uma mera eventualidade. Validando esse pensamento estão as obras, documentos e até mesmo legislações escritas pelos cânones apologistas do capital, textos estes que poderiam muito bem constar na seção da “mitologia” em bibliotecas e locais afins, pois, em sua grande maioria, não condizem com o real, mas apenas com a sua representação mais otimista.

Neste sentido, as desconcertantes reversões que a humanidade testemunha no presente século somente são inteligíveis se reavaliadas em meio ao quadro mais geral do sistema do capital global, isto é, a partir do momento em que esse sistema passou a subjugar o mundo,

irradiando alienação através da degradação do sujeito real da produção, que é transformado em mero fator material de produção, bem como do sentenciamento do trabalho à condição de objetividade reificada.

A alienação capitalista impõe desumanidades e sofrimentos absolutos à esmagadora maioria dos povos, especialmente nos chamados países do “Terceiro Mundo” ou países “Em desenvolvimento” – curiosamente, um desenvolvimento que nunca é plenamente atingido, pois é a marca da total e perpétua subordinação em relação aos países do “Primeiro Mundo”, os quais não são nada menos que os grandes representantes da ordem vigente.

Em última análise, não consideramos desnecessário repetir que a saída para tantas imposições e constrangimentos é, segundo as palavras de Mészáros (2011, p. 984), a transcendência do capital rumo a um outro metabolismo de controle societal, sendo a alternativa socialista/comunista a mais hegemônica das propostas, uma vez que é dotada de tamanha lucidez. E longe de qualquer determinismo, reiteramos com o autor que: “A resposta dependerá de nosso sucesso ou fracasso na criação dos necessários movimentos estratégicos, e instrumentos capazes de assegurar uma efetiva transição para uma sociedade socialista [...]”. Afinal, a história não acabou, pelo contrário, continua sendo diariamente escrita pelas mais diversas singularidades da espécie, que, mesmo sob as mais deploráveis condições materiais e espirituais, teimam em tecer fios invisíveis que os costuram ao gênero humano.

### **Considerações finais**

Durante a tessitura deste trabalho, esperamos ter esclarecido algumas questões fundamentais relativas ao pensamento de Mészáros, a respeito da corrente sociabilidade e seus desdobramentos mais perversos, como a degradação socioambiental em proporções globais, fruto da imposição do critério de “viabilidade produtiva” do capital, ocasionando uma devastação que não se pode parar, muito menos retroceder.

Neste sentido, recobramos que a contemporaneidade é assinalada por uma crise de caráter estrutural, devido a diversos fatores, tais como, o fim da expansão de um sistema que se deparou com as suas contradições mais explosivas, as quais assentadas sobre o expansionismo, a incontrollabilidade e a lógica (auto)destrutiva características do capital.

Assim, arrematamos o presente texto reiterando que este é, portanto, um novo tempo, baseado no desperdício e na destrutividade sem precedente na história humana, sendo fortes e perceptíveis os seus impactos sobre o meio ambiente. Por isto, entendemos que a saída não poderia ser outra que não o socialismo/comunismo, o qual, longe de ser um devaneio filosófico, conforme afirmam os apologistas do capital, é, sem sombra de dúvida, uma possibilidade histórica real de transformação radical. E, se é exigido uma razão vital para se ir além do capital é a necessidade realmente inevitável de fazê-lo no interesse da conservação da humanidade e do planeta.

### Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. [10 reimpr, rev. e ampl.] São Paulo: Boitempo, 2009. (Coleção Mundo do trabalho).

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete, AMARAL, Ângela e PERUZZO, Juliane. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012. pp. 153-178.